ISSN: 2310-0036
Vol. 2 | Nº. 17| Ano 2026

# Análise da participação comunitária na gestão sustentável dos recursos naturais no parque nacional de mágoè (2016 à 2020)

# Analysis of community participation in the sustainable management of natural resources in mágoè national park (2016–2020)

**Hélio Andicene**
Universidade Católica de Moçambique
handicene@ucm.ac.mz

***Alfatílio S. Batela Húo***
Universidade Católica de Moçambique
ahuo@ucm.ac.mz

**Daniel Cuinhane**
*Universidade Católica de Moçambique*
danielcuinhane2@gmail.com

**Rua**: Comandante Gaivão nº 688
**C.P.**: 821
**Website:** http://www.ucm.ac.mz/cms/
**Revista:** http://www.reid.ucm.ac.mz
**Email:** reid@ucm.ac.mz
**Tel.:** (+258) 23 324 809
**Fax:** (+258) 23 324 858
Beira, Moçambique

## RESUMO

O presente artigo analisa a participação comunitária na gestão sustentável dos recursos naturais do Parque Nacional de Mágoè (PNM), no período de 2016 a 2020. O estudo decorre das mudanças no modelo de gestão após a criação do Parque, que substituiu práticas anteriormente desenvolvidas pelo projecto *Tchuma Tchatu*, através do qual as comunidades beneficiavam de 20% das receitas provenientes da exploração dos recursos florestais e faunísticos. A pesquisa procura compreender o contributo da participação comunitária para a conservação, a importância do Parque no desenvolvimento local e as estratégias para melhorar a articulação entre os intervenientes. Metodologicamente, caracteriza-se como pesquisa básica, exploratória, qualitativa e de estudo de caso. Os dados foram recolhidos mediante entrevistas semiestruturadas, questionários e observação não participante, envolvendo 15 participantes, dos quais cinco funcionários do Parque e dez membros das comunidades locais. Os resultados indicam que a participação comunitária é relevante para a conservação, ocorrendo principalmente através de reuniões e actividades de sensibilização. Contudo, permanece limitada devido à reduzida influência das comunidades nas decisões, à insuficiência de recursos para fiscalização, à falta de programas consistentes de geração de rendimento e à insatisfação relacionada com a redução dos benefícios do *Tchuma Tchatu*. Conclui-se que é necessário reforçar a participação comunitária, a partilha de benefícios, a educação ambiental e a co-gestão.

**Palavras-chave:** Participação comunitária; Gestão sustentável e Áreas de conservação.

## Abstract

Mágoè National Park (MNP), during the period from 2016 to 2020. The study stems from changes in the management model following the establishment of the Park, which replaced practices previously implemented under the *Tchuma Tchatu* project, through which local communities received 20% of the revenues generated from the exploitation of forest and wildlife resources. The research seeks to understand the contribution of community participation to conservation, the importance of the Park for local development, and strategies for improving coordination among the stakeholders involved. Methodologically, the study is characterised as basic, exploratory, qualitative research based on a case study. Data were collected through semi-structured interviews, questionnaires, and non-participant observation, involving 15 participants, including five Park employees and ten members of local

communities. The results indicate that community participation is relevant to conservation and occurs mainly through community meetings and awareness-raising activities. However, participation remains limited due to the communities' limited influence on decision-making, insufficient resources for enforcement, the lack of consistent income-generating programmes, and dissatisfaction related to the reduction of benefits previously provided through the *Tchuma Tchatu* project. The study concludes that it is necessary to strengthen community participation, benefit-sharing mechanisms, environmental education, and co-management.

**Keywords:** Community participation; Sustainable management; Conservation areas.

# 1. Introdução

O presente estudo, intitulado "Análise da Participação Comunitária na Gestão Sustentável dos Recursos Naturais no Parque Nacional de Mágoè (PNM), no período de 2016 a 2020", insere-se no campo de investigação relacionado com o envolvimento das comunidades locais na gestão das áreas de conservação e na utilização responsável dos recursos naturais. A escolha do Parque Nacional de Mágoè como espaço de investigação está associada ao interesse suscitado pelas actividades de excursão desenvolvidas em áreas de conservação, bem como à necessidade de compreender as relações estabelecidas entre as populações locais e as práticas de conservação. A gestão sustentável dos recursos naturais constitui actualmente uma preocupação de dimensão global, assumindo particular relevância em países em desenvolvimento, como Moçambique, onde uma parte significativa das comunidades rurais depende dos recursos naturais para garantir a sua subsistência.

Neste âmbito, o envolvimento das comunidades locais torna-se fundamental, sobretudo porque as populações que vivem no interior ou nas proximidades das áreas de conservação podem sofrer limitações no acesso aos recursos naturais utilizados no seu quotidiano. Essas restrições podem gerar conflitos ou reduzir o interesse das comunidades pelas iniciativas de conservação, principalmente quando os benefícios decorrentes da protecção dos recursos não são percebidos ou distribuídos de forma adequada. Por conseguinte, a participação comunitária deve abranger diferentes etapas da gestão, incluindo a planificação, os processos de tomada de decisão, a fiscalização e o maneio dos recursos naturais. Igualmente importante é o reconhecimento dos conhecimentos e experiências das populações locais, acompanhado da criação de alternativas de subsistência que reduzam a dependência directa dos recursos naturais.

No caso do Parque Nacional de Mágoè, a análise do período compreendido entre 2016 e 2020 procura compreender de que forma as comunidades locais estiveram envolvidas na gestão da área de conservação, quais benefícios resultaram das iniciativas de conservação e quais factores contribuíram para facilitar ou limitar a participação comunitária. A análise desses aspectos permite aprofundar a compreensão sobre os mecanismos de gestão participativa e sobre os desafios relacionados com a utilização sustentável dos recursos naturais no contexto do Parque.

A escolha desta temática está igualmente relacionada com a crescente atenção que a participação das comunidades tem recebido tanto no âmbito académico como nas políticas públicas voltadas para a conservação dos recursos naturais. Oliveira, Freitas e Nóbrega (2018), bem como Vasconcelos e De Araújo (2016), ressaltam a relevância do envolvimento das populações locais nos processos de conservação e de tomada de decisões. Esses autores defendem ainda a valorização dos conhecimentos, experiências e práticas tradicionais das comunidades relacionadas com a utilização dos recursos naturais. No contexto moçambicano, a Lei n.º 16/2014, de 20 de Junho, reconhece a

importância da participação comunitária na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais (República de Moçambique, 2014). Da mesma forma, o Banco Mundial (2018) destaca o maneio comunitário como uma abordagem que permite reforçar a intervenção das populações locais na gestão dos recursos naturais.

Essas perspectivas permitem compreender que a participação das comunidades constitui um componente relevante para a construção de modelos de gestão das áreas de conservação que considerem os interesses sociais, económicos e ambientais. Assim, a inclusão das populações locais nos processos de decisão e gestão pode favorecer uma relação mais equilibrada entre os objectivos de conservação e as necessidades das comunidades, constituindo uma das razões que fundamentam a escolha do presente tema.

O Parque Nacional de Mágoè constitui uma área de conservação relativamente recente, cuja origem está relacionada com uma área anteriormente destinada ao uso sustentável dos recursos naturais e que se encontrava sob a tutela do projecto denominado *"Chuma Chathu",* expressão que significa "nossa riqueza". Esse projecto promovia actividades de caça desportiva com participação das comunidades locais e previa a canalização de uma parcela correspondente a 20% das receitas provenientes da exploração dos recursos florestais e faunísticos para as populações abrangidas.

Com a criação e posterior enquadramento do espaço como Parque Nacional, verificaram-se alterações significativas no regime de utilização dos recursos naturais. A nova categoria de conservação estabelece restrições mais rigorosas ao acesso das comunidades aos recursos existentes na área protegida e também introduziu mudanças relativamente ao mecanismo de canalização dos 20% provenientes da exploração dos recursos naturais. Essas transformações podem produzir impactos nas condições de vida das populações que anteriormente dependiam desses recursos e participavam de determinadas actividades de exploração.

Neste contexto, o desenvolvimento de actividades turísticas e de outras iniciativas económicas capazes de envolver as populações locais e proporcionar oportunidades de geração de rendimento pode constituir uma alternativa para reduzir possíveis situações de insatisfação e, simultaneamente, contribuir para os objectivos de conservação da biodiversidade. A experiência de diferentes programas de conservação demonstra que a implementação de medidas de protecção ambiental sem a participação efectiva das comunidades e sem considerar as suas condições sociais e económicas pode constituir um dos principais desafios à sustentabilidade dessas iniciativas.

Diante desta realidade, torna-se pertinente analisar a relação existente entre a participação das comunidades e a gestão dos recursos naturais no Parque Nacional de Mágoè. Assim, o presente estudo procura responder à seguinte questão de pesquisa: *Até que ponto a participação comunitária influencia a gestão sustentável das áreas de conservação, com destaque para o Parque Nacional de Mágoè?*

O presente estudo tem como objectivo geral analisar a participação comunitária na gestão sustentável das áreas de conservação, tomando como referência o Parque Nacional de Mágoè. Para alcançar o objectivo geral, foram definidos os seguintes objectivos específicos: Identificar o papel desempenhado pela participação comunitária na gestão do Parque Nacional de Mágoè; Descrever a importância do Parque Nacional de Mágoè para o desenvolvimento das comunidades locais; Discutir estratégias que possam contribuir para o fortalecimento da relação entre os diferentes intervenientes na gestão sustentável do Parque Nacional de Mágoè.

## Fundamentação Teórica

### *Participação*

A participação é um conceito que ganhou ampla utilização nos últimos anos no Brasil, sobretudo nos discursos de natureza política e social. Contudo, sua compreensão exige uma análise cuidadosa da perspectiva adotada, uma vez que o significado atribuído à participação pode variar conforme o contexto e a abordagem teórica. Nesse sentido, Gohn (2001) destaca que a definição e a compreensão do que constitui a participação ainda representam uma questão complexa a ser esclarecida.

Para Avelar (2004), a participação pode ser entendida como uma ação realizada conjuntamente com outros indivíduos, seja no âmbito do Estado ou de uma determinada classe social, visando promover mudanças ou preservar a estrutura de um sistema marcado por interesses dominantes.

Compreende, com isto que, a base da participação é primeiramente afectiva, ou seja, os indivíduos participam pelo prazer que sentem em fazer algo com seus semelhantes, e, num outro momento, instrumental, participam porque estar e realizar ações com seus semelhantes é mais produtivo do que realizá-las sozinho.

### *Comunidade*

Peruzzo e Volpato (2009) observam que o uso do termo “comunitário” se tornou cada vez mais frequente, porém nem sempre de maneira adequada ou precisa. Essa utilização indiscriminada tem contribuído para uma certa imprecisão conceptual, dificultando a compreensão do verdadeiro significado do termo. Nesse contexto, diferentes formas de agrupamento social passam a ser designadas como comunidades, incluindo bairros, vilas, cidades, grupos religiosos, segmentos sociais e até mesmo redes de interação estabelecidas no ambiente virtual.

Na perspectiva de Oliveira *et al.* (2013), definir o conceito de comunidade constitui um desafio na sociedade contemporânea, principalmente em razão da multiplicidade de significados que o termo pode assumir. A noção de comunidade pode referir-se a diferentes formas de organização e agrupamento humano, abrangendo desde aldeias, clubes e bairros até grupos étnicos e nações. Diante dessa diversidade de interpretações, a definição de comunidade também envolve uma dimensão subjectiva,

relacionada à percepção de integração, à identificação com o grupo e ao sentimento de pertença a uma determinada colectividade.

Tradicionalmente, a ideia de comunidade tem sido abordada a partir de duas perspectivas principais. A primeira considera a comunidade como um conjunto de pessoas que partilham um determinado espaço territorial, enquanto a segunda a compreende como uma forma específica de relação social, caracterizada por vínculos de associação e por elementos que favorecem a coesão entre os seus membros. Conforme Avelar (2004), algumas concepções privilegiam aspectos territoriais, ecológicos ou demográficos, ao passo que outras dão maior atenção aos factores sociais e psicológicos responsáveis pela construção da unidade e dos vínculos comunitários.

### *Gestão Sustentável*

A gestão sustentável fundamenta-se na busca pelo equilíbrio entre as dimensões social, ambiental e económica, procurando assegurar a continuidade e a sustentabilidade das organizações e da sociedade. Essa abordagem pressupõe que empresas e indivíduos assumam responsabilidade pelos efeitos decorrentes das suas actividades, considerando não apenas as necessidades presentes, mas também as consequências dessas acções para as gerações futuras (Avelar, 2004).

No contexto actual, a sustentabilidade tem adquirido crescente relevância na gestão das organizações, tanto por representar um compromisso ético quanto por contribuir para uma percepção mais positiva das empresas perante os consumidores. Assim, uma gestão orientada para a sustentabilidade deve considerar simultaneamente a preservação ambiental, o bem-estar social e a viabilidade económica da organização. Na dimensão ambiental, procura-se reduzir os impactos negativos resultantes das actividades produtivas e dos próprios produtos sobre o meio ambiente, promovendo práticas que favoreçam a sua conservação e utilização responsável (Avelar, 2004).

### *Parque Nacional*

De acordo com a Resolução n.º 63/2009, relativa à Política de Conservação, o Parque Nacional pode ser compreendido como uma área territorial devidamente delimitada e destinada à conservação dos ecossistemas naturais. Esses espaços apresentam, geralmente, elevado valor paisagístico e constituem elementos representativos do património natural nacional.

Por sua vez, a Lei n.º 16/2014, de 20 de Junho, no artigo 16, define o Parque Nacional como uma área de conservação total pertencente ao domínio público do Estado e estabelecida dentro de limites territoriais específicos. A sua criação tem como finalidade assegurar a protecção, conservação, preservação, propagação e gestão da flora e da fauna bravias, bem como salvaguardar locais, paisagens e formações geológicas que apresentem relevante interesse científico, cultural ou estético. Além disso, esses espaços destinam-se ao interesse colectivo e à recreação pública, contribuindo para a valorização e preservação do património nacional.

### *Participação Comunitária na Gestão das Áreas de Conservação*

A participação comunitária pode ser entendida como um processo que envolve a identificação, partilha e valorização dos conhecimentos e das capacidades das populações locais, de modo a incorporá-los na elaboração de planos e na definição de estratégias desenvolvidas de forma colectiva. Dessa maneira, a comunidade deixa de ser apenas beneficiária das iniciativas de conservação e passa a contribuir activamente para o seu planeamento e implementação (Drummond, 2002).

Em comunidades economicamente vulneráveis que vivem no interior ou nas proximidades das áreas de conservação (AC), o envolvimento nas acções de protecção ambiental pode estar relacionado à percepção de benefícios concretos para a sua vida quotidiana. Quando as necessidades básicas permanecem sem resposta, a conservação dos recursos naturais pode não ser vista como uma prioridade imediata. Por isso, sobretudo nos países em desenvolvimento, aspectos como o acesso à saúde e a melhoria da renda familiar constituem factores importantes para fortalecer o interesse e o compromisso das comunidades com a conservação ambiental (Drummond, 2002).

## Metodologia

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adoptados para a realização da pesquisa e para o alcance dos objectivos previamente definidos. Para esse propósito, foram seleccionados o tipo de pesquisa, os métodos, as técnicas e os instrumentos considerados adequados para a recolha e análise dos dados necessários ao estudo.

Quanto à sua natureza, a presente investigação enquadra-se como uma pesquisa básica, uma vez que procura ampliar o conhecimento científico sobre a participação comunitária na gestão dos recursos naturais, contribuindo para o enriquecimento da produção académica e para a disponibilização de referências bibliográficas sobre o tema. Embora o estudo apresente relevância prática, a sua finalidade principal consiste na produção e ampliação do conhecimento acerca da participação das comunidades na gestão dos recursos naturais no Parque Nacional de Mágoè, na Província de Tete. Com base nos resultados obtidos, são igualmente apresentadas algumas sugestões que podem contribuir para o aperfeiçoamento do processo de gestão.

Segundo Prodanov e Freitas (2013) e Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa básica tem como propósito produzir novos conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento da ciência, sem que exista necessariamente uma aplicação prática imediata. Esse tipo de investigação está associado à produção de conhecimentos de interesse geral e à compreensão de fenómenos de carácter mais amplo.

Relativamente aos seus objectivos, a investigação caracteriza-se como pesquisa exploratória, considerando que procura obter uma compreensão mais aprofundada sobre a participação comunitária na gestão dos recursos naturais. A formulação das

questões de pesquisa permitiu orientar a investigação e identificar diferentes aspectos relacionados com o problema em estudo.

Para Prodanov e Freitas (2013) e Gil (2008), a pesquisa exploratória é desenvolvida, geralmente, numa fase inicial da investigação, com o propósito de proporcionar maior familiaridade com determinado fenómeno ou assunto. Ela contribui para uma melhor delimitação do tema, auxilia na definição dos objectivos e pode favorecer a identificação de novas perspectivas de abordagem. Entre as formas que pode assumir encontram-se a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso.

Considerando que a investigação se concentra especificamente na participação comunitária na gestão sustentável dos recursos naturais do Parque Nacional de Mágoè, o estudo enquadra-se igualmente na modalidade de estudo de caso, por analisar de forma particular e aprofundada uma realidade delimitada.

De acordo com Lakatos e Marconi (2007), o estudo de caso caracteriza-se pela análise aprofundada e detalhada de um ou de poucos objectos de investigação, permitindo obter um conhecimento mais amplo sobre a realidade estudada. Gil (2008) acrescenta que este tipo de investigação pode estar orientado para a aplicação do conhecimento numa realidade específica, procurando compreender situações concretas e contribuir para a resolução de problemas identificados no contexto estudado.

No que diz respeito à abordagem metodológica, a pesquisa é de natureza qualitativa, uma vez que os dados obtidos são predominantemente descritivos e não têm como finalidade principal a sua quantificação ou tratamento estatístico. A escolha desta abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, de forma aprofundada, as percepções, experiências e relações estabelecidas pelas comunidades no processo de gestão dos recursos naturais.

Segundo Fonseca (2002), a abordagem qualitativa diferencia-se da quantitativa por não ter os instrumentos estatísticos como base fundamental para a análise dos dados. É particularmente adequada para investigações que procuram compreender a complexidade de determinados fenómenos, sem recorrer necessariamente à manipulação de variáveis ou à realização de experiências. Essa perspectiva permite analisar o fenómeno de forma abrangente, considerando os diferentes elementos que o constituem, bem como as relações, interacções e influências existentes entre eles.

Na mesma perspectiva, Gressler (2003) destaca que a investigação qualitativa procura compreender os fenómenos considerando a sua complexidade e as interacções entre os diferentes componentes da realidade estudada. Assim, em vez de se limitar à análise isolada de variáveis, esta abordagem procura compreender o fenómeno no seu contexto, valorizando as relações e influências recíprocas que nele se manifestam.

### *Técnicas de colecta de dados*

Para a materialização dos dados pertinentes ao estudo, foi necessário seleccionar técnicas apropriadas a natureza do estudo, pois são estas as técnicas: entrevista,

questionário e observação simples. Portanto, importa salientar que, as entrevistas foram direccionadas aos funcionários da administração do parque, os questionários à comunidade local. O período que o pesquisador está a trabalhar na área, possibilitou colher alguma sensibilidade referente ao ambiente de trabalho do pessoal por intermédio da observação.

### *Entrevista*

Esta técnica foi usada para recolher informações que serviram de base para a discussão dos resultados da pesquisa. Portanto, salientar que, o tipo de entrevista, aplicada na pesquisa foi semi-estruturada. De acordo com Gil (2008), a entrevista constitui uma das técnicas de recolha de dados mais flexíveis utilizadas no âmbito das ciências sociais, pois permite ao investigador adaptar as questões de acordo com as respostas e as características dos participantes. No âmbito desta investigação, recorreu-se à entrevista semiestruturada, aplicada aos participantes seleccionados, com o propósito de obter informações relevantes para responder às questões de pesquisa previamente formuladas.

### *Observação não participante*

A técnica de observação do fenómeno permitiu colher certas informações, no período que o investigador esteve a desenvolver suas actividades laborais nesta área. Segundo Gil (2008), a observação constitui uma técnica de recolha de dados que permite ao investigador obter informações directamente a partir da realidade estudada, recorrendo aos sentidos para identificar e analisar determinados fenómenos. Esta técnica não se limita ao acto de olhar ou escutar, mas envolve igualmente a análise cuidadosa de acontecimentos, comportamentos, objectos e instrumentos relacionados com o fenómeno investigado. Desse modo, a observação possibilita ao pesquisador reunir evidências sobre aspectos que, muitas vezes, não são conscientemente percebidos pelos indivíduos, mas que podem influenciar e orientar as suas atitudes e comportamentos.

Turato (2003) considera a observação como uma técnica de recolha de dados que possibilita ao investigador obter informações directamente da realidade em análise, utilizando os sentidos como instrumentos para apreender diferentes aspectos do fenómeno estudado. Entretanto, essa técnica vai além da simples percepção visual e auditiva, envolvendo também a análise e o exame sistemático de acontecimentos, comportamentos, objectos ou instrumentos relacionados com a investigação. Por meio da observação, o pesquisador pode identificar evidências de determinados factores que, embora não sejam conscientemente reconhecidos pelos indivíduos, podem influenciar as suas atitudes e orientar os seus comportamentos.

### *População e Participantes*

De acordo com o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) e a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) (2016), o Parque Nacional de Mágoè estende-se por cinco localidades do Distrito de Mágoè, abrangendo uma população estimada em 30.452 habitantes. Este universo populacional foi tomado como

referência para a realização do presente estudo. Para efeitos da investigação, considerou-se como principal característica comum dos participantes o facto de residirem nas áreas circundantes ao espaço de conservação. Gil (1991) define população como um conjunto de elementos que partilham determinadas características e que constituem o universo sobre o qual incide uma investigação. Neste estudo, devido às características e aos objectivos da pesquisa, procedeu-se à selecção intencional de 15 participantes. Deste total, cinco (05) pertencem ao quadro de funcionários do Parque Nacional de Mágoè, sendo um administrador e quatro fiscais, enquanto os restantes dez (10) são membros das comunidades locais abrangidas pelo Parque. A escolha destes participantes teve como finalidade obter diferentes perspectivas sobre a participação comunitária e a gestão dos recursos naturais na área de conservação.

### *Procedimentos para análise de dados*

Os dados recolhidos através das entrevistas, questionários e observação não participante foram submetidos a uma análise de conteúdo temática, por se tratar de uma investigação predominantemente qualitativa. As pessoas foram entrevistadas usando a linguagem preceptiva de acordo com o idioma predominante no PNM *Chitawala e Nhúnguè*, não foi usado nenhum nome dos participantes e respeitou-se a confidencialidade da informação colhida.

## Discussão Dos Resultados

### *Papel da participação comunitária na gestão do Parque Nacional de Mágoè*

Os resultados da pesquisa demonstram que a participação comunitária constitui um elemento importante para a gestão sustentável dos recursos naturais no Parque Nacional de Mágoè (PNM). Para Vasconcelos e De Araújo (2016), a participação ultrapassa a simples presença dos membros da comunidade nos processos de gestão, uma vez que envolve tanto a integração nesses processos como o seu envolvimento efectivo nas decisões. Assim, as populações locais devem ter a possibilidade de contribuir activamente para a definição de medidas relacionadas com questões que afectam os seus interesses colectivos. Sob essa perspectiva, uma participação efectiva requer a distribuição de responsabilidades, a transferência de parte do poder decisório e o exercício da cidadania. Dessa forma, as comunidades assumem uma posição mais activa, deixando de ser apenas receptoras das decisões e passando a contribuir directamente para a gestão e conservação dos recursos naturais.

Esta perspectiva encontra correspondência nas informações obtidas junto da Administração do PNM, segundo as quais a participação comunitária na gestão dos recursos naturais é fundamental para o alcance dos objectivos de maneio das Áreas de Conservação Nacional. A Administração considera que o envolvimento das comunidades permite uma maior aproximação entre os responsáveis pela conservação e as populações que vivem nas proximidades do Parque, sobretudo porque estas possuem contacto directo com os recursos naturais e conhecem as dinâmicas socioambientais da região.

Os resultados obtidos junto dos fiscais reforçam esta percepção, uma vez que estes foram unânimes em afirmar que o sucesso das actividades de fiscalização e conservação depende da colaboração da comunidade local. Como mecanismo de aproximação, são realizadas regularmente reuniões nas comunidades, nas quais são discutidas questões relacionadas com a conservação da biodiversidade, queimadas descontroladas, agricultura itinerante, pesca em zonas proibidas e caça furtiva. Estas reuniões constituem, portanto, uma estratégia importante de sensibilização e mobilização comunitária.

Contudo, os dados revelam que a participação ainda apresenta algumas limitações. Cerca de 75% dos membros da comunidade entrevistados afirmaram participar nas reuniões sobre conservação da biodiversidade e gestão dos recursos naturais, enquanto 25% consideraram que essas reuniões se caracterizam predominantemente pelo diálogo entre o Governo local e a Administração do Parque, sem que lhes seja dada suficiente oportunidade para apresentar as suas próprias ideias e contribuir para a procura conjunta de soluções. Este resultado demonstra que, embora existam mecanismos de participação, estes nem sempre correspondem a uma participação efectiva na tomada de decisões.

Assim, os resultados permitem compreender que existe uma diferença entre ser informado ou consultado e participar efectivamente na decisão. A participação comunitária efectiva exige que as populações tenham espaço para expor os seus problemas, apresentar propostas e influenciar as decisões que afectam directamente os seus meios de subsistência e a utilização dos recursos naturais. Nesta perspectiva, a abordagem apresentada por Vasconcelos e De Araújo (2016) revela-se relevante, na medida em que a integração das comunidades nas iniciativas de conservação não deve limitar-se à sua presença, mas deve igualmente assegurar a sua intervenção efectiva nos processos de decisão.

### *Importância do Parque Nacional de Mágoè para o desenvolvimento comunitário local*

No que diz respeito à contribuição do Parque Nacional de Mágoè para o desenvolvimento comunitário local, os resultados mostram a existência de uma relação importante entre conservação dos recursos naturais e melhoria das condições de vida das populações. Segundo Oliveira e Nóbrega (2018), o desenvolvimento local pressupõe a valorização das pessoas como agentes centrais do processo, garantindo que as populações inseridas num determinado território tenham condições para aproveitar e beneficiar das oportunidades disponíveis. Nessa perspectiva, as estratégias de conservação dos recursos naturais devem considerar as condições de vida das comunidades locais, articulando a protecção ambiental com as suas necessidades sociais e económicas.

Neste contexto, o desenvolvimento local pressupõe uma relação equilibrada entre natureza, comunidade e cultura, em que os recursos naturais podem constituir uma base para a melhoria das condições de vida, desde que sejam utilizados de forma

sustentável. No caso do PNM, esta relação assume particular importância, uma vez que as comunidades locais dependem dos recursos naturais para desenvolver diversas actividades de subsistência.

Segundo a Administração do PNM, o plano de zoneamento deve considerar a necessidade de estabelecer áreas destinadas aos assentamentos humanos e ao desenvolvimento das actividades de subsistência das comunidades locais. Preferencialmente, quando as condições permitem, os assentamentos devem localizar-se na zona tampão, entendida como espaço de transição entre a zona de protecção total e a zona de uso múltiplo. Nos locais onde os povoados já estão estabelecidos, devem ser implementadas medidas que permitam controlar o uso dos recursos naturais e reduzir os impactos negativos sobre os ecossistemas. Este processo deve, entretanto, observar as etapas estabelecidas na legislação vigente.

Apesar do reconhecimento da importância das comunidades na conservação, os resultados indicam que ainda não foram desenvolvidas actividades significativas de desenvolvimento comunitário no PNM, principalmente devido à insuficiência de recursos financeiros e humanos. A Administração considera que o Parque se encontra ainda numa fase embrionária e necessita de maior apoio para implementar programas capazes de beneficiar directamente as comunidades locais. Esta situação constitui uma limitação importante, pois a conservação tende a ser mais sustentável quando as comunidades percebem benefícios concretos decorrentes da protecção dos recursos naturais.

A questão dos benefícios comunitários torna-se ainda mais relevante quando se considera a percepção dos líderes comunitários. Estes manifestaram insatisfação com a presença do PNM, alegando que, durante o período em que os recursos naturais eram geridos pelo projecto *Tchuma Tchatu*, as comunidades recebiam anualmente 20% das taxas provenientes da exploração dos recursos naturais. Segundo os líderes, a actual ausência desse benefício criou um sentimento de perda de direitos e reduziu a motivação para a participação comunitária. Esta situação constitui um desafio para o processo de co-gestão ou co-maneio dos recursos naturais, uma vez que a participação tende a ser fragilizada quando as comunidades não percebem benefícios associados à conservação.

Os resultados da fiscalização também evidenciam dificuldades significativas. Os funcionários responsáveis pela fiscalização afirmaram que esta actividade não tem sido fácil devido à grande extensão territorial do Parque e ao número reduzido de fiscais. Além disso, foi mencionada a insuficiente colaboração de algumas comunidades no controlo dos recursos naturais. Segundo os entrevistados, existem situações em que membros das comunidades participam em actividades de exploração ilegal de madeira e abate de animais, inclusive em colaboração com indivíduos estrangeiros que oferecem incentivos monetários. Estas práticas representam uma ameaça à sustentabilidade dos recursos naturais e demonstram que as necessidades económicas das comunidades podem entrar em conflito com os objectivos de conservação quando não existem alternativas adequadas de geração de rendimento.

Os dados apresentados pelo MITADER e pela ANAC (2016) evidenciam diversos factores que condicionam o desenvolvimento das comunidades locais. Entre os principais desafios destacam-se os elevados níveis de desemprego, a facilidade de acesso aos recursos florestais e faunísticos, a escassez de fontes alternativas de rendimento e a limitada existência de organizações comunitárias de base envolvidas em actividades geradoras de renda. Somam-se a esses factores a elevada dependência das populações em relação aos recursos naturais, a ocorrência de períodos de seca e estiagem, bem como os conflitos verificados entre as comunidades locais e os programas implementados pelo Parque. O mesmo documento aponta ainda algumas limitações no âmbito das iniciativas de desenvolvimento comunitário, nomeadamente a inexistência de uma estrutura ou sector especificamente responsável por esses programas e a falta de um programa sistemático de projectos destinados à geração de rendimento para as comunidades.

Deste modo, os resultados sugerem que a conservação dos recursos naturais no PNM não pode ser analisada separadamente das condições socioeconómicas das comunidades. A ausência de alternativas de rendimento pode aumentar a dependência dos recursos naturais e, consequentemente, estimular práticas que ameaçam a conservação. Por isso, o desenvolvimento local deve partir da identificação dos problemas enfrentados pelas comunidades e da construção conjunta de soluções. Neste processo, a participação comunitária na tomada de decisões torna-se fundamental, exigindo planeamento, diálogo e integração entre a Administração do Parque, Governo local e comunidades.

### *Estratégias de envolvimento comunitário na gestão dos recursos naturais no PNM*

No que se refere às estratégias utilizadas para promover o envolvimento das comunidades, os resultados indicam que as palestras de sensibilização e consciencialização ambiental constituem uma das principais formas utilizadas pela Administração do PNM. Estas actividades procuram transmitir informações sobre a importância da conservação e estimular comportamentos favoráveis à utilização sustentável dos recursos naturais.

Marques e Coutinho (2008) salientam que a participação das comunidades locais nas iniciativas de conservação ambiental não é um fenómeno recente, tendo sido objecto de discussão ao longo de vários anos. Para os autores, a Educação Ambiental (EA) desempenha um papel relevante nesse processo, por possibilitar a transformação das percepções e das atitudes das populações em relação ao meio ambiente. Nesse sentido, as acções de sensibilização ambiental podem favorecer a construção de uma consciência ecológica nas comunidades, contribuindo para que estas reconheçam a importância da utilização responsável e da conservação dos recursos naturais.

No PNM, segundo a Administração, as palestras abordam principalmente os impactos da caça furtiva, queimadas descontroladas, desflorestação e pesca realizada com técnicas nocivas ao ecossistema aquático. O objectivo é sensibilizar os membros das

comunidades para os efeitos dessas práticas e estimular cada povoado a assumir maior responsabilidade pela protecção dos recursos naturais existentes na sua área. Neste sentido, a sensibilização constitui uma importante ferramenta de prevenção e pode contribuir para fortalecer a relação entre as comunidades e a Administração do Parque.

Além das actividades de sensibilização, a Administração do PNM conta com o apoio de outras instituições na fiscalização dos recursos naturais, com destaque para a Polícia da República de Moçambique e a Defesa Nacional. A articulação entre estas instituições pode contribuir para reforçar a capacidade de fiscalização, sobretudo perante a dimensão territorial do Parque e as limitações de recursos humanos identificadas pelos funcionários.

Entretanto, os resultados indicam que as estratégias de envolvimento comunitário ainda precisam de ser aprofundadas. A sensibilização, por si só, não garante uma participação efectiva se as comunidades não tiverem oportunidades concretas de participar na tomada de decisões e de beneficiar das actividades de conservação. Por conseguinte, as palestras e reuniões comunitárias devem ser complementadas por mecanismos de co-gestão, participação nas decisões, partilha de benefícios, criação de alternativas de rendimento e fortalecimento das organizações comunitárias.

Em meio à crise ambiental e à expansão das áreas protegidas, as relações de união e cooperação entre as instituições responsáveis pela conservação e as comunidades tornam-se cada vez mais importantes. Essa cooperação é particularmente relevante para as comunidades que dependem directamente dos recursos naturais para a sua sobrevivência. Assim, a gestão sustentável do PNM requer uma abordagem participativa que reconheça as comunidades como parceiras da conservação, e não apenas como utilizadoras ou potenciais ameaças aos recursos naturais.

## Conclusão e Sugestões

Aquando da realização do trabalho, chega a concluir-se que, a participação comunitária exerce um papel muito importante, na tomada de decisão sobre a gestão dos recursos naturais existentes no Parque Nacional de Mágoè. Portanto, pensar num modo alternativo de gerir nossos bens naturais aliados com os aspectos, económicos, políticos, sociais, culturais e ambientais é pensar de como o local pode ser o espaço ideal de fomentar práticas pautadas na cooperação, na solidariedade, no comércio e consumo justo, no uso adequando do espaço ambiente.

As comunidades que vivem no entorno do Parque Nacional do Mágoè, dependem taxativamente, dos recursos naturais para a sua sobrevivência. Com o surgimento do parque, a população local sente-se ameaçada no aproveitamento dos recursos devido a limitação imposta pela administração desta unidade de conservação. Por este factor a comunidade local não reconhece a importância do parque para o desenvolvimento local.

Uma das principais estratégias para a melhoria da relação entre as partes envolvidas na gestão sustentável do Parque Nacional de Mágoè é a realização de palestras de

sensibilização e consciencialização da população do PNM em matéria de gestão dos recursos naturais.

*Sugere-se*

- ✓ A administração do PNM: a maximização das reuniões ou palestras com a comunidade local sobre maneio comunitário dos recursos naturais; aumentar as acções de Educação Ambiental nas comunidades locais e criar grupos específicos para permitir um diálogo sobre a gestão sustentável dos recursos naturais com a administração do PNM;
- ✓ A comunidade local: a colaborar com a administração do PNM, no sentido de salvaguardar os recursos naturais e a participar activamente na fiscalização dos recursos naturais existentes no PNM.

## Referências Bibliográficas

Avelar, L. (2004). *Participação Política. Sistema político brasileiro: uma introdução.* São Paulo: Editora UNESP;

Banco Mundial. (2018). *Nova liderança para o maneio comunitário de recursos naturais em Moçambique*;

Drummond, A. (2002). *O sistema brasileiro de parques nacionais: análise dos resultados de uma política ambiental. EDUFF*. Niterói. Brasil;

Fonseca, J.J.S. (2002). Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC Paulo: Atlas;

Freitas, E. Cesar & Prodanov, C. C. (2013). *Metodologia do trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico,* 2ª edição, Novo Hamburgo-Rio, Grande do Sul;

(2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social,* 6. ed. -São Paulo: Atlas;

Gil, A.C. (1991). *Métodos e Técnicas de pesquisa Social*, 2 ed. São Paulo: Atlas;

Gohn, M. da G. (2001). *Conselhos Gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez*. (Coleção questões da nossa época; v.84);

Gressler, L. A. (2003). *Introdução à pesquisa: projectos e relatórios.* São Paulo: Loyola;

Lakatos, E.M. & Marconi, M.A. (2007). *Fundamentos de Metodologia Científica.* São Paulo: Atlas;

Marques, D. S., e Coutinho, J. B. (2008). *Área de amortecimento do Parque Estadual das Sete Passagens: As percepções dos moradores como subsídio à Educação Ambiental* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade do Estado da Bahia]. Jacobina, BA, Brasil;

Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) e Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC). (2016). *Plano de Maneio do Parque Nacional de Magoe, Província de Tete,* 1ª Ed., Vol.I, Maputo;

Oliveira, J. P., Freitas, I. N. e Nóbrega, W. R. M. (2018). *Participação comunitária no desenvolvimento do turismo: Um estudo no Parque Estadual da Pedra da Boca* – PB. *Holos*, *06*, (34), 151-170. Doi: 14.15628/holos.2018.6971;

Oliveira, S.G; Budó, M.L.D; Quintana, A.M; Garcia, R.P.; Simon, B.S.; Wünsch, S. e Soares, M.U. (2013). *Discussões sobre o conceito de comunidade relacionado à atuação do enfermeiro: relato de experiência.* Vol. XXXI N.˚ 1;

Peruzzo, C.M.K e Volpato, M. O. (2009). *Conceitos de comunidade, local e região.* V. 12, n. 24, p. 139-152, Líbero-São Paulo;

Vasconcelos, A.F.A. e De Araújo, L.V.T. (2016). *Gestão participativa em unidades de conservação: uma abordagem teórica sobre a atuação dos conselhos gestores e participação comunitária.*

***Legislação:***

- ✓ Lei n.º 16/2014 de 20 de Junho: *Classificação das zonas de proteção e categorias de áreas de conservação*;
- ✓ Resolução n.º 63/2009: *Política de Conservação Nacional*.